

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DO DIFERENCIAL PÚBLICO-PRIVADO, APOSENTADORIAS E PENSÕES

Raphael Gomes Brasil

Doutorando em Economia na Universidade Federal do Paraná.

Endereço: Rua Marrocos 103, AP 206, Pineville, Pinhais-PR

CEP: 83320 060 E-mail: raphaelbrasil@gmail.com

Joel De Jesus Macedo

Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná.

Endereço: Rua Mateus Leme 1666, AP 702, Centro Cívico, Curitiba-PR

CEP: 80530 010 E-mail: joelzmacedo@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem por objetivo investigar a influência do diferencial de rendimentos dos trabalhadores dos setores público e privado e o valor de aposentadorias e pensões superiores ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sobre a desigualdade de renda. Para tal, utiliza-se o método de decomposição do índice de Gini proposto por Lerman e Yitzhaki (1985) e são utilizados os dados da PNAD do período compreendido entre 2004 e 2013 para a construção de distribuições hipotéticas. Os resultados da investigação apontam que a elevada remuneração dos funcionários públicos foi responsável, em média, por 2,84% da desigualdade de renda no período. Os rendimentos de aposentadorias e pensões oficiais acima do teto, por sua vez, foram responsáveis por 1,66% do total do índice de Gini. Através da decomposição, também foi possível verificar que as parcelas de rendimento atreladas a empregados com maior qualificação são consideravelmente mais regressivas do que empregados com nível inferior de escolaridade. Outra constatação importante apontada nos resultados, é que o hiato público-privado apresentou uma tendência crescente ao longo do período investigado, motivado principalmente pelo crescimento médio real superior dos rendimentos do funcionalismo público em comparação ao privado. Em relação aos rendimentos de aposentadorias e pensões, o efeito sobre a desigualdade de renda foi atenuado pelo menor crescimento real dos rendimentos acima do teto da RGPS se comparados aos que possuem valores inferiores a este limite.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade de Renda; Rendimentos do Funcionalismo Público; Rendimentos dos Trabalhadores do Setor Privado.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the impact of the differential in the incomes of workers from public and private sectors and the differential in the value of pensions exceeding the maximum wage of General Social Security System (RGPS) on income inequality. The method used was the decomposition of the Gini Index, proposed by Lerman and Yitzhaki (1985), and data from PNAD research carried out between 2004 and 2013. The results show that the high remuneration of public servants accounted for 2,84% of income inequality in the period. Income from pensions above the maximum wage accounted for 1,66% of the total Gini Index. The decomposition also allowed to verify that the income installments of workers with higher qualification are considerably more regressive than the ones of workers with less education. Another important finding was the growing trend of public-private gap over the period investigated, driven mainly by the higher real average growth of incomes of public servants compared to the incomes of private employees. Concerning

the incomes from pensions, the effect on income inequality was attenuated by the lowest real growth of incomes beyond the maximum wage of RGPS, when compared to the incomes under this limit.

KEYWORDS: Income of inequality; Income from the Civil Service; Private Sector Workers income.

JEL: I32; J26; O15

INTRODUÇÃO

Em 1996 iniciou-se um processo de contínua queda da desigualdade de renda no Brasil. O índice mais utilizado para a medição da desigualdade de uma distribuição, o de Gini, registrou em 1996 o valor de 0,602. Em 2013 o índice foi de 0,527, o menor nível de desigualdade já visto no Brasil desde que os primeiros estudos sobre o tema foram publicados, na década de 1970.

Muitos estudos sobre a queda recente da desigualdade foram realizados. Em sua maioria, atribuem o fenômeno a fatores macroeconômicos, como o controle da inflação, a flutuação de demanda e desemprego, e o crescimento real do salário mínimo, tal como Barros e Mendonça (2000), Barros et al. (1993), Ramos e Reis (1995), Amadeo e Neri (1997) e Neri e Camargo (1999). Outros estudos apostam para a importância dos programas sociais de transferência de renda, como Medeiros et al. (2007), Baptistella (2009), Barros et al. (2006) e Salm (2007).

Entretanto, uma nova ótica sobre o tema começa a ganhar espaço. São estudos que, longe de negar a importância dos fatores que contribuíram para a queda, apontam que um dos grandes responsáveis pela elevada desigualdade de renda seria a própria ação do Estado. Um dos mecanismos pelo qual sua ação tem o poder de concentrar a renda em poucas mãos, relaciona-se ao elevado gasto que o Estado incorre com a manutenção da máquina pública, notadamente os elevados salários e beneficiários previdenciários dos seus funcionários.

Na maior parte dos países do mundo, é muito comum que trabalhadores públicos recebam mais do que os privados. Medeiros e Souza (2013) apontam algumas possíveis causas para este fenômeno, tais como a necessidade de ter profissionais qualificados que demandam uma remuneração maior, uma vez que há a concorrência com o mercado. Outra razão provável é a formação de sindicatos fortes que impedem que benefícios sejam retirados de uma classe forte. Um terceiro motivo refere-se a razões demagógicas por parte dos administradores públicos, que através da concessão de salários elevados e pagamento de gratificações diversas buscam o apoio dos membros da administração pública.

Parte significativa da elevada concentração de renda também pode ser atribuída ao diferencial dos valores de aposentadorias e pensões (HOFFMANN, 2009; ROCHA, 2012). Como a grande maioria de beneficiários pertence ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) que possui um limite máximo estabelecido, o diferencial entre este limite e os vários Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que possuem regras próprias, fazendo com que sejam gerados os mesmos efeitos perversos sobre a desigualdade de renda.

Diante do exposto, o que se pode induzir é que, mesmo que o Estado formule políticas e estabeleça todo um programa de gastos que busquem reduzir as desigualdades, paradoxalmente sua atuação na economia que remunera bem seus empregados e os provê, muitas vezes, de generosos benefícios previdenciários acaba por aumentar a desigualdade de renda.

Nesse contexto, o principal objetivo do trabalho é mensurar de forma objetiva a parcela da desigualdade de renda devida à parcela de rendimentos de funcionários públicos superior à média dos empregados do setor privado e também dos rendimentos acima do teto do Regime Geral de

Previdência dos Trabalhadores (RGPS). Como objetivo secundário, busca-se decompor o coeficiente de Gini, de modo a identificar dentre as fontes de renda que compõe o rendimento total das famílias, como tais parcelas se comportam, se aumentam ou diminuem a desigualdade de renda de toda a distribuição.

Por fim, com vistas a se obter uma visão mais ampla do estudo, a pesquisa estenderá seus resultados para o período de 2004 a 2013. Assim, poderá se inferir se existe alguma trajetória ao longos anos por parte dos fenômenos estudados no trabalho.

Dessa forma, o presente estudo diferencia-se de grande parte dos estudos sobre o tema encontrados na literatura, que em sua maioria recorrem ao uso de regressões econométricas contrafactuais com base em modelos mincerianos pautados na teoria do capital humano. De forma mais direta e simplificada, serão realizadas simulações para que uma avaliação mais objetiva da participação do Estado na economia seja avaliada.

1. REVISÃO DE LITERATURA

No que diz respeito ao diferencial salarial público-privado, para Souza e Medeiros (2013) este fenômeno não é uma particularidade do Brasil, sendo presente em muitos países do mundo. Comparado a outros países, também não é possível dizer que o Brasil tenha um Estado “inchado”.

Segundo dados disponíveis da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹, constata-se que países desenvolvidos possuem uma maior participação de empregados na administração pública do que os países em desenvolvimento. Este fenômeno é observado em países como: Noruega (30,5%), Dinamarca (29,9%), Suécia (26,0%), Reino Unido (18,3%), Luxemburgo (17,8%) e Estados Unidos (14,4%). No Brasil, cerca de 10% da força de trabalho no Brasil está empregado nas três esferas de governo, valor semelhante ao México (9%), Chile (9,1%) e Turquia (10,7%). Apesar de ser um número reduzido, esta fração dos empregados é responsável por uma elevada parcela da desigualdade de renda.

A administração pública requer funcionários qualificados, e os disputa com o mercado. Na maioria dos países, os salários recebidos pelos funcionários públicos são mais elevados do que os recebidos pelos funcionários privados. E são cada vez maiores. De acordo com os dados da PNAD, a remuneração média dos funcionários estatutários no Brasil eram 66,4% maiores que os que tinham carteira assinada em 2004. Em 2013 esse número passou para 82,1%.

Os primeiros trabalhos que investigaram a presença de um diferencial de rendimentos entre os setores público e privado são os de Smith (1976, 1977). Por meio do uso de dados dos censos demográficos dos Estados Unidos de 1960 e 1970, as principais conclusões da pesquisa foram que os rendimentos do setor público eram superiores aos do setor privado e que o tamanho do prêmio salarial foi maior para o governo federal do que estados e municípios. Os resultados também indicaram que o prêmio foi maior para as mulheres do que homens. Por fim, concluiu-se que o hiato de rendimentos permaneceu relativamente estável durante a década.

Panizza e Quiang (2005) utilizaram uma ampla base de dados para investigar 13 países da América Latina entre os anos de 1980 e 1998. A comparação entre os setores indica um pequeno prêmio para funcionários públicos homens e um prêmio considerável para as mulheres menos qualificadas do setor público. Contudo, na média, mulheres recebem cerca de 30% a menos do que homens com o mesmo nível de qualificação. Os autores defendem que essa diferença é explicada pela falta de acesso ao setor formal de trabalho.

Com o uso de regressões quantílicas, Lucifora e Meurs (2004) realizaram uma investigação para a França, Grã-Bretanha e Itália. A conclusão é que o gênero feminino do setor público é o melhor remunerado, e que trabalhadores pouco qualificados recebem salários mais elevados no

¹ Disponível em <http://stats.oecd.org/>.

setor público, embora no setor privado o prêmio seja maior para trabalhadores mais qualificados. A análise por quantis da distribuição mostra que o prêmio em favor do setor público é positivo e há uma grande variedade nos três países estudados.

Trabalhos mais recentes também caminham nesta mesma direção. Giordano et al. (2011) investigaram as diferenças salariais em alguns países da Zona do Euro. Os resultados também apontam para um diferencial de remuneração condicional em favor do setor público, que é geralmente mais elevado para mulheres e para trabalhadores da parte inferior da distribuição de renda. As maiores discrepâncias estão presentes na Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha, embora a existência de um prêmio salarial esteja presente em todos os países estudados.

O primeiro trabalho realizado no Brasil que tratou de estimar o diferencial público-privado foi de Macedo (1985). Os resultados encontrados pelo autor sugerem que o hiato beneficia os trabalhadores das empresas estatais e que a maior parte se deve às características produtivas desses indivíduos.

Saldanha et al. (1988) realizaram um estudo que procurou primeiramente estimar o hiato salarial e depois o diferencial bruto, incluindo benefícios não-monetários como gratificação, horas-extra, quinquênios e outros bônus por produtividade. No primeiro caso, não levando em conta os benefícios, a diferença é de 52%, ao inclui-los, a diferença passa para 85%. O estudo também enfatizou que no setor público há a presença de uma heterogeneidade muito maior do que no setor privado, tanto em termos de salário quanto benefícios.

No trabalho de Belluzzo et al. (2005), os autores ressaltam que o hiato público-privado, em geral, está em favor do setor público, com heterogeneidade entre regiões e esferas de atuação do governo. Os resultados encontrados indicam que a desigualdade de rendimentos varia entre os quantis, tanto entre esferas de governo quanto entre regiões. A vantagem do setor público diminui nos quantis superiores da distribuição. Nas esferas municipal e estadual, esse padrão é revertido, com o setor privado possuindo vantagem sobre o setor público. Em relação aos servidores públicos federais, a desigualdade se faz presente em todos os quantis.

Em relação ao papel que os benefícios previdenciários representam em relação à desigualdade, é consenso que o conjunto dos regimes próprios de previdência de servidores públicos possui efeito concentrador, ao contrário do regime geral dos trabalhadores.

Rocha (2012) estudou a queda de desigualdade de renda vivido pelo país entre 1997 e 2009. Apesar de verificar elementos de ação do Estado que tenham contribuído diretamente para este declínio, a autora defende que os resultados poderiam ser ainda mais favoráveis caso fosse viável realizar mudanças distributivas básicas em áreas onde o poder público tem atuação direta, como a previdência e a assistência social.

Medeiros e Souza (2014) calculam que a previdência pública é responsável por cerca de um quinto de toda a desigualdade de renda brasileira. Isso se deve ao fato que parte importante do impacto sobre a desigualdade entre os dois regimes é explicada pela inexistência de um limite máximo para o valor dos benefícios na previdência dos trabalhadores do setor público, algo que inexistente no regime geral da previdência social. Some-se ao fato que o RGPS transfere benefícios de valores mais baixos, e abrange uma grande quantidade de pessoas em diversas camadas sociais, ao passo que os RPPS têm benefícios mais altos, beneficia muito menos gente e atinge, principalmente, a população das classes mais elevadas. Os autores ainda alertam que este fenômeno representa uma tendência crescente ao longo do tempo, acompanhando o envelhecimento da população.

Ferreira e Souza (2004) também apontam que a previdência social tem papel fundamental da redução da pobreza, embora encontrem evidências para uma "redistribuição invertida" de renda, em que os que ganham menos financiam as aposentadorias dos que recebem os maiores valores. O estudo, que se concentrou no período compreendido entre 1998 e 2001, mostrou que a razão de concentração das aposentadorias e pensões, é superior ao do rendimento do trabalho principal. A conclusão é que os rendimentos de aposentadorias e pensões, administradas pelo governo federal,

estão contribuindo para a aumentar a desigualdade da distribuição da renda no Brasil. Os autores ainda destacam que a tentativa de reforma do sistema previdenciário realizada em 1998 mostrou-se incapaz de solucionar as suas distorções.

Apesar dos inúmeros esforços dos autores no que diz respeito mensurar o impacto de rendimentos previdenciários sobre a desigualdade, não tão frequentes são os estudos que abordem o papel do Estado de maneira mais completa, de forma que possa quantificar qual a parcela da desigualdade total que lhe é diretamente atribuída.

O trabalho de Hoffmann (2009) estima distribuições hipotéticas, semelhantes ao objeto que o presente estudo pretende investigar. Em todo o período analisado (2001 a 2007), a razão de concentração de aposentadorias e pensões oficiais fica um pouco acima do índice de Gini da distribuição real, indicando seu caráter regressivo. O autor ressalta que existem problemas com estudos baseados nos dados da PNAD, pois o método da pesquisa leva a superestimar a regressividade de aposentadorias e pensões, por serem menos subdeclaradas do que outras parcelas do rendimento domiciliar. Contudo, a análise de outras fontes de informação como o Censo Demográfico de 2000 e a POF de 2002-2003 permitem afirmar que o dualismo do sistema previdenciário “não contribui, como poderia, para minorar o elevado grau de desigualdade da distribuição da renda no país”.

Um dos estudos mais recentes é o de Medeiros e Souza (2013). Utilizando dados da POF 2008/2009, os autores realizaram um importante estudo que investigou o resultado líquido da ação do Estado, isto é, ponderando ações regressivas como o pagamento de salários elevados e aposentadorias acima do teto para funcionários públicos, e ações progressivas como os gastos com programas de transferência. A conclusão obtida pelos autores é que o diferencial de salários contribui com cerca de 6% da desigualdade. Os diferenciais relacionados a salários e previdência são muito concentrados e regressivos. Os salários e benefícios do setor privado também são concentrados, porém progressivos. A ação do Estado relacionada à busca da redução das desigualdades são, de fato, progressivas, mas seu volume é proporcionalmente pequeno; conseqüentemente, os efeitos progressivos são completamente anulado pelas ações regressivas. Ao contrário do que ocorre em outros países, concluem os autores, o gasto com políticas sociais é concentrado em uma pequena população e tem pouca influência sobre a desigualdade total.

2. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo será utilizada a técnica de decomposição da desigualdade concebida por Lerman e Yitzhaki (1985). Segundo os autores, o coeficiente de Gini pode ser interpretado com a composição de três elementos:

$$G = \sum_{k=1}^K R_k G_k S_k \quad (1)$$

Onde:

$$R_k = cov(y_k, F) / cov(y_k, F_k)$$

$$G_k = 2 cov(y_k, F_k) / m_k$$

$$S_k = m_k / m$$

Sendo que G é o Gini total, indicando a desigualdade do total de rendimentos compreendendo todas as k fontes de renda; R_k é o “Gini correlação” entre o componente de renda k e a renda total, sendo que F e F_k são a distribuição acumulada da renda total e da renda da

fonte k ; G_k que representa o Gini relativo da fonte de renda k e S_k é a participação da renda k na renda total.

A relação entre R_k , G_k e S_k mostra que a influência de uma fonte de renda sobre desigualdade de total é maior quando maior for a participação desta fonte em relação ao total (maior é S_k), maior o nível de desigualdade da própria fonte (maior é G_k), e como determinada fonte é correlacionada com a renda total (maior é R_k). Contudo esses componentes não são determinantes isolados da desigualdade.

Como ressalta Leboutte (2012), se uma fonte de renda corresponde a uma elevada participação na renda for perfeitamente distribuída ($G_k=0$), um aumento dessa fonte não afeta a desigualdade total. De outra maneira, se uma fonte tem elevada desigualdade e participação na renda total (G_k e S_k são elevados), ela pode aumentar ou diminuir a desigualdade total, dependendo da forma como a fonte é correlacionada com a renda total: se R_k for próximo a $+1$, os indivíduos do topo da distribuição se apropriam mais dessa fonte do que os da base, e assim a distribuição será mais desigual, caso R_k seja próximo a -1 , a elevação desta fonte diminuirá a desigualdade de renda total.

Este método de decomposição permite a estimação dos efeitos marginais que cada fonte de renda exerce sobre a desigualdade total, mantendo as demais constantes:

$$\partial G / \partial e_k = S_k (R_k G_k - G) \quad (2)$$

Onde e representa uma variação percentual na fonte de renda k . Ao dividir a expressão acima por G , é possível calcular a mudança percentual da desigualdade resultante de um efeito marginal da fonte k :

$$\frac{\partial G / \partial e_k}{G} = \frac{S_k G_k R_k}{G} - S_k \quad (3)$$

A soma dos efeitos marginais relativos é zero. Multiplicar todas as k fontes de renda pela mesma variação e não produz efeito no Gini total.

A partir da decomposição da desigualdade utilizando o método descrito, duas distribuições hipotéticas serão estabelecidas para que haja uma comparação direta entre estas e o coeficiente de Gini da distribuição “real”. A primeira simulação procura mensurar o diferencial relacionado ao ganho salarial. Para isso, os rendimentos médios de salários dos funcionários públicos serão nivelados no mesmo patamar dos trabalhadores do setor privado.

A segunda simulação lida com os valores de aposentadorias e pensões. Os rendimentos do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) possui um limite máximo, ao contrário daqueles do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Para fins de comparação, todos os rendimentos do RPPS que são superiores ao limite máximo do RGPS, serão igualados ao teto, e assim a comparação entre os coeficientes de Gini dará uma ideia de como este volume de benefícios impacta na desigualdade de renda.

3. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

3.1. VARIÁVEIS UTILIZADAS

A pesquisa utilizou os dados da PNAD para o período de 2004 a 2013. Levando em conta a não realização da pesquisa no ano censitário de 2010, os dados compreendem um período de 9 anos. O resumo das variáveis utilizadas encontra-se na Tabela 1:

TABELA 1: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

Variável	Descrição
V4719	Rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade
V1252	Rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal que recebia, normalmente, no mês de referência
V1255	Rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal que recebia, normalmente, no mês de referência
V1258	Rendimento de outro tipo de aposentadoria que recebia, normalmente, no mês de referência
V1261	Rendimento de outro tipo de pensão que recebia, normalmente, no mês de referência
V1270	Rendimento de doação de não-morador que recebia, normalmente, no mês de referência
V1267	Rendimento de aluguel que recebia, normalmente, no mês de referência
V1273	Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos que recebia, normalmente, no mês de referência
V9122	Era aposentado de instituto de previdência federal (INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência
V9123	Era pensionista de instituto de previdência federal (INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência

Fonte: PNAD

Os rendimentos descritos pelas variáveis v1252, v1255, v1258 e v1261 serão usados para a composição das categorias de recebimentos previdenciários. O rendimento v1270 representam doações; v1267 recebimento de aluguéis. A variável v1273 abrange rendimentos juros de aplicações financeiras e rendimentos de programas de transferência governamental. Por fim, as variáveis v9122 e v9123 indicam se o entrevistado recebeu ou não recursos previdenciários de órgãos públicos.

A Tabela 2 apresenta as categorias da variável v4715, que classifica o tipo do trabalho principal do entrevistado na PNAD:

TABELA 2: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS UTILIZADAS

V4715	Posição na ocupação no trabalho principal do período de referência de 365 dias para pessoas de 10 anos ou mais de idade
1	Empregado com carteira de trabalho assinada
2	Militar
3	Funcionário público estatutário
4	Outro empregado sem carteira de trabalho assinada
6	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
7	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
9	Conta própria
10	Empregador
11	Não remunerado
12	Trabalhador na produção para o próprio consumo
13	Trabalhador na construção para o próprio uso

Fonte: PNAD

O rendimento total da distribuição será a somatória dos valores recebidos de todos os trabalhos, aposentadorias e pensões, doações, aluguéis e juros. Por meio do desmembramento das categorias de trabalho e também de aposentarias e pensões, simulações serão realizadas para a mensuração do impacto do diferencial de rendimentos sobre a desigualdade total, medida pelo Índice de Gini.

3.2. COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO

O “diferencial” público-privado deve ser entendido como a diferença entre os rendimentos (salários, gratificações ou qualquer outro rendimento proveniente do trabalho) entre os empregados no setor público e setor privado. Não serão incorporados nesta metodologia os salários de militares (atividade tipicamente pública) e nem os salários de empregados domésticos (atividade tipicamente privada), que serão apresentadas em categorias próprias tal como Hoffmann (2009) e Medeiros e Souza (2013).

Qualquer empregado que possua carteira assinada (variável v4715, tipo 1) será considerado um funcionário privado, mesmo que trabalhe em empresa de economia mista. O grupo de funcionários públicos abrangerá apenas os estatutários (variável v4715, tipo 3), mesmo que a pessoa entrevistada tenha cargo comissionado em empresa pública. Essas restrições são necessárias para que a natureza das informações não seja afetada.

As categorias 06 e 07 da variável v4715 serão agrupadas como empregados domésticos e as categorias 04, 11, 12 e 13 serão agrupadas sob a categoria “Outros”.

Quanto à classificação do grau de escolaridade, os funcionários públicos e com carteira assinada serão subdivididos em 3 novos subgrupos:

- i. Carteira assinada - ensino médio concluído, fundamental ou escolaridade inferior;
- ii. Carteira assinada - ensino superior concluído ou escolaridade superior;
- iii. Carteira assinada - grau de escolaridade desconhecido.
- iv. Funcionário público estatutário - ensino médio concluído, fundamental ou escolaridade inferior;
- v. Funcionário público estatutário - ensino superior concluído, mestrado ou doutorado;
- vi. Funcionário público estatutário - grau de escolaridade desconhecido.

Para que o impacto do diferencial sobre a desigualdade seja mensurado, deve-se calcular a remuneração média dos grupos.

Tabela 3: Crescimento Médio Real dos Rendimentos do Trabalho – 2004 a 2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	Média
Carteira Assinada	1.242,76	1.207,68	1.347,15	1.370,47	1.390,56	1.434,64	1.484,24	1.539,70	1.584,31	1.400,16
		-2,82%	11,55%	1,73%	1,47%	3,17%	3,46%	3,74%	2,90%	3,15%
Nível Médio ou Inferior	1.105,29	1.161,24	1.226,47	1.275,68	1.280,61	1.315,83	1.304,02	1.329,28	1.369,77	1.263,13
		5,06%	5,62%	4,01%	0,39%	2,75%	-0,90%	1,94%	3,05%	2,74%
Nível Superior	970,63	996,7	1.038,36	1.060,65	1.083,18	1.106,49	1.157,44	1.201,11	1.238,58	1.094,79
		2,69%	4,18%	2,15%	2,12%	2,15%	4,60%	3,77%	3,12%	3,10%
Não Informado	3.306,32	3.335,33	3.437,22	3.314,95	3.251,57	3.208,89	3.211,31	3.285,29	3.280,10	3.292,33
		0,88%	3,06%	-3,56%	-1,91%	-1,31%	0,08%	2,30%	-0,16%	-0,08%
Funcionários Públicos	2.067,40	2.204,97	2.461,70	2.512,15	2.508,60	2.593,06	2.751,84	2.746,62	2.884,46	2.525,65
		6,65%	11,64%	2,05%	-0,14%	3,37%	6,12%	-0,19%	5,02%	4,32%
Nível Médio ou Inferior	1.105,29	1.161,24	1.226,47	1.275,68	1.280,61	1.315,83	1.304,02	1.329,28	1.369,77	1.263,13
		5,06%	5,62%	4,01%	0,39%	2,75%	-0,90%	1,94%	3,05%	2,74%
Nível Superior	1.259,03	1.334,86	1.464,41	1.468,00	1.468,19	1.454,94	1.491,37	1.498,00	1.573,96	1.445,86

		6,02%	9,71%	0,24%	0,01%	-0,90%	2,50%	0,44%	5,07%	2,89%
Não Informado	3.354,81	3.450,31	3.752,97	3.807,55	3.727,97	3.832,50	4.012,80	3.931,33	3.978,60	3.760,98
		2,85%	8,77%	1,45%	-2,09%	2,80%	4,70%	-2,03%	1,20%	2,21%

Fonte: PNAD

De acordo com os dados da PNAD e visto na tabela acima, o rendimento médio real de um trabalhador de carteira assinada em 2004 era de R\$ 1.242,74, enquanto que o de um funcionário público era de R\$ 2.067,40, um valor quase 40% menor. Em 2013 houve uma piora: empregados na iniciativa privada recebiam R\$ 1.584,31 contra R\$ 2.884,46 dos empregados na administração pública, valor 45% menor. Esse diferencial tem um impacto importante sobre a desigualdade de renda.

Estes serão os valores a serem utilizados na simulação do diferencial salarial, ao igualar salários de funcionários públicos e privados e estimando o coeficiente para esta distribuição.

3.3. RENDIMENTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Em relação ao diferencial de rendimentos previdenciários, também será necessária a inclusão de 3 novos subgrupos:

i. Beneficiário de rendimentos previdenciários (aposentadoria ou pensão) de previdência federal (INSS), estadual ou municipal ou do governo federal com valor superior ao teto estabelecido pelo Regime Geral da Previdência Social;

ii. Beneficiário de rendimentos previdenciários (aposentadoria ou pensão) de previdência federal (INSS), estadual ou municipal ou do governo federal com valor igual ou inferior ao teto estabelecido pelo Regime Geral da Previdência Social;

iii. Beneficiário de rendimentos previdenciários (aposentadoria ou pensão) de órgão que não seja previdência federal (INSS), estadual ou municipal ou do governo federal, independentemente do valor.

Como apresentado na seção anterior, essa subdivisão entre acima e abaixo do teto do RGPS é fundamental para calcular a influência destas parcelas de rendimento sobre a desigualdade de renda total. Apesar da inclusão da terceira categoria, o objeto investigado se limitará ao diferencial das duas primeiras categorias.

Na Tabela 4 são apresentados os respectivos valores do teto para cada ano abrangido pela pesquisa:

Variável	Teto (R\$)
2004	2.508,72
2005	2.668,15
2006	2.801,82
2007	2.894,28
2008	3.038,99
2009	3.218,90
2011	3.691,74
2012	3.916,20
2013	4.159,00

Fonte: Receita Federal do Brasil

Da mesma maneira que o diferencial de rendimentos do trabalho, uma simulação será

realizada para apurar qual seria o Índice de Gini da nova distribuição, obtendo-se dessa forma, qual o impacto dos rendimentos superiores sobre a desigualdade de renda. Para tal, esta distribuição hipotética atribuirá o rendimento igual ao teto para os valores recebidos superiores a este limite.

Com base nos dados da PNAD, os rendimentos médios acordo com o limite apresentados na tabela que segue:

Tabela 5: Crescimento Médio Real de Aposentadorias e Pensões – 2004 a 2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	Média
<= Teto	853,12	899,95	967,78	961,74	991,21	1.023,90	1.019,65	1.055,60	1.094,61	985,28
		5,49%	7,54%	-0,62%	3,06%	3,30%	-0,41%	3,53%	3,70%	3,20%
> Teto	7.811,80	7.499,11	7.738,86	7.542,90	8.065,75	8.011,38	7.791,81	7.522,66	7.880,06	7.762,70
		-4,00%	3,20%	-2,53%	6,93%	-0,67%	-2,74%	-3,45%	4,75%	0,18%
Outros	752,58	733,92	794,94	804,55	811,17	805,79	819,64	855,38	898,64	808,51
		-2,48%	8,31%	1,21%	0,82%	-0,66%	1,72%	4,36%	5,06%	2,29%

Fonte: PNAD

A categoria “Outros” representa valores provenientes de previdência privada (por critério de exclusão) ou quando a pergunta sobre a origem do rendimento não foi respondida. A partir dos valores expostos acima, torna-se evidente a discrepância entre os rendimentos médios. Apesar das possibilidades legais discutidas, é razoável supor que a maior parte dos benefícios pagos acima do teto tenham sido feitos a funcionários públicos ou militares aposentados.

As $k-i$ fontes de renda das famílias são, portanto, os rendimentos do trabalho (empregados com carteira assinada, funcionários públicos, militares, conta própria, empregadores, empregados domésticos e outros), aposentadorias e pensões, doações, aluguéis e recebimentos de juros ou transferência de renda.

A ponderação da pesquisa foi realizada pelo fator de expansão da amostra, através da variável v4729 que representa peso da pessoa na amostra. No ano de 2013, foram coletadas informações de 362.554 indivíduos, que expandidas, representam uma população de 201.466.785 pessoas.

4. RESULTADOS

4.1. RESULTADOS DA DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI

Os resultados da decomposição do Índice de Gini para o ano de 2013 podem ser vistos na Tabela 6. Os valores indicados pela coluna S_k representam a participação daquela fonte no rendimento total. Como era de se esperar, a maior parte refere-se aos “Rendimentos do Trabalho”, com uma participação de 77,14% da renda total seguido por aposentadorias e pensões com 19,36%. Dos rendimentos do trabalho, aproximadamente 30% são provenientes de trabalhadores de carteira assinada e 11% de funcionários públicos. A coluna G_k mostra como a respectiva fonte de renda é distribuída entre os indivíduos que a recebem.

Tabela 6: Decomposição do Índice de Gini por Fonte de Renda – 2013

Fonte de renda	S_k	G_k	R_k	Participação No Gini	% Contrib. Marginal
Carteira Assinada	0,3083	0,8105	0,5978	0,2923	-0,0160
Nível Médio ou Inferior	0,1757	0,8370	0,3788	0,1090	-0,0667
Nível Superior	0,1016	0,9735	0,8220	0,1591	0,0575
Não Informado	0,0309	0,9774	0,4083	0,0241	-0,0068
Funcionários Públicos	0,1145	0,9698	0,8071	0,1754	0,0609
Nível Médio ou Inferior	0,0233	0,9865	0,5340	0,0240	0,0007
Nível Superior	0,0813	0,9833	0,8785	0,1374	0,0561
Não Informado	0,0100	0,9967	0,7224	0,0140	0,0041
Militares	0,0055	0,9982	0,7420	0,0080	0,0025
Conta Própria	0,1450	0,9229	0,5696	0,1491	0,0041
Empregadores	0,0913	0,9873	0,9086	0,1603	0,0690
Empregados Domésticos	0,0223	0,9632	-0,1064	-0,0045	-0,0268
Outros	0,0844	0,9383	0,3547	0,0550	-0,0295
Rendimentos do Trabalho	0,7714	0,6351	0,8718	0,8356	0,0642
Aposentadorias e Pensões	0,1936	0,8665	0,4844	0,1590	-0,0346
> Teto	0,0412	0,9941	0,9650	0,0774	0,0362
<= Teto	0,1159	0,8817	0,3003	0,0601	-0,0559
Outros Rendimentos	0,0364	0,9653	0,3132	0,0216	-0,0149
Doações	0,0027	0,9962	0,1542	0,0008	-0,0019
Aluguéis	0,0115	0,9942	0,7741	0,0174	0,0058
Juros e Transf. de renda	0,0208	0,9332	-0,3357	-0,0128	-0,0336
Gini Total	0,5111				

Fonte: PNAD

O valor de R_k mostra a correlação entre os valores recebidos e a distribuição total da renda. Seu valor varia de -1 a +1. Se o R_k é próximo a 1 e é positivo, isso significa que a parcela da população com “mais rica” é a que mais se apropria desta fonte de renda. Portanto, não é surpreendente que este seja o caso das aposentadorias ($R = 0,9650$), cujo valor do benefício seja superior ao teto da RGPS. Por outro lado, as aposentadorias de menor valor possuem baixa correlação com o total da renda, com $R = 0,3003$.

Todos os rendimentos possuem um valor de R_k positivo, exceção feita aos rendimentos de empregados domésticos e a conta Juros, que abrange os recursos oriundos de programas de transferência de renda. Naturalmente, são parcelas do rendimento que contribuem para uma melhora na distribuição de renda. A coluna seguinte indica a participação de cada fonte na desigualdade total. Como pode ser visto, os rendimentos do trabalho correspondem a 83,69% da desigualdade total.

A última coluna indica quanto aumentaria a desigualdade total de renda caso a renda em questão aumentasse em 1%. Conclusões importantes podem ser obtidas analisando a contribuição marginal. Como um todo, os rendimentos do trabalho são regressivos, pois um aumento de 1% provocaria um aumento de mais de 6,42% sobre a desigualdade. Em se tratando de uma conta muito heterogênea, é muito útil analisar seus subgrupos. Dessa forma, percebe-se que o rendimento dos empregados com carteira assinada e baixa qualificação é muito progressivo, juntamente com o rendimento de empregados domésticos e “outros”. O aumento de 1% do rendimento dessas categorias, conjuntamente, faria com que a desigualdade de renda total caísse mais de 12%. Os resultados também mostram que o pagamento de aposentadorias e pensões é também progressivo

com uma contribuição marginal de 3,46%.

Como era de se esperar, as parcelas mais regressivas relacionam-se ao rendimento de empregadores e funcionários públicos. A razão para que os rendimentos dos funcionários públicos sejam tão regressivos advém do fato de que, apesar de representar cerca de 11,5% da renda total, os rendimentos médios são muito superiores aos dos funcionários de carteira assinada, conforme visto na Tabela 3.

Após a nivelção dos salários de funcionários públicos e privados, procedeu-se uma distribuição hipotética e os resultados estão dispostos na Tabela 7:

Tabela 7: Decomposição do Índice de Gini por Fonte de Renda – Simulação 1 – 2013

Fonte de renda	S_k	G_k	R_k	Participação No Gini	% Contrib. Marginal
Carteira Assinada	0,3172	0,8106	0,5923	0,3080	-0,0092
Nível Médio ou Inferior	0,1808	0,8370	0,3685	0,1128	-0,0680
Nível Superior	0,1046	0,9735	0,8253	0,1699	0,0653
Não Informado	0,0318	0,9774	0,4022	0,0253	-0,0065
Funcionários Públicos	0,0888	0,9548	0,7417	0,1272	0,0384
Nível Médio ou Inferior	0,0181	0,9780	0,3359	0,0120	-0,0061
Nível Superior	0,0651	0,9701	0,8630	0,1103	0,0451
Não Informado	0,0055	0,9939	0,4361	0,0049	-0,0007
Militares	0,0057	0,9982	0,7464	0,0085	0,0029
Conta Própria	0,1492	0,9229	0,5677	0,1581	0,0089
Empregadores	0,0940	0,9873	0,9121	0,1712	0,0772
Empregados Domésticos	0,0229	0,9632	-0,1161	-0,0052	-0,0281
Outros	0,0869	0,9383	0,3502	0,0577	-0,0292
Rendimentos do Trabalho	0,7647	0,6184	0,8632	0,8255	0,0609
Aposentadorias e Pensões	0,1993	0,8665	0,4830	0,1687	-0,0306
> Teto	0,0424	0,9941	0,9727	0,0830	0,0405
<= Teto	0,1193	0,8817	0,2956	0,0629	-0,0564
Outros Rendimentos	0,0375	0,9653	0,3110	0,0228	-0,0147
Doações	0,0028	0,9962	0,1513	0,0008	-0,0019
Aluguéis	0,0119	0,9942	0,7753	0,0185	0,0066
Juros e Transf. de renda	0,0214	0,9332	-0,3344	-0,0135	-0,0349
Gini Total	0,4945				

Fonte: PNAD 2013

Do disposto cima, percebe-se que também existem diferenças marcantes no modo como as parcelas de rendimento se comportam em relação à desigualdade total. Enquanto que as parcelas referentes à escolaridade superior são regressivas, a parcela referente aos profissionais de ensino médio ou inferior que possuem carteira assinada é a mais progressiva de todas as fontes de renda. A cada percentual de crescimento de renda desse grupo seria responsável por uma redução de 6,8% da desigualdade. O ponto mais importante desta simulação, contudo, é a queda do Índice de Gini. Considerando o índice da distribuição real, conclui-se que o diferencial público-privado salarial foi responsável por 3,25% da desigualdade renda em 2013.

Ainda é importante destacar que, como esta distribuição reduz a participação dos rendimentos dos funcionários públicos, as outras fontes de renda têm uma ampliação de suas contribuições marginais.

Na Tabela 8, apresentados os resultados da distribuição hipotética que limita os valores

superiores dos regimes próprios de servidores públicos aos dos beneficiários do Regime Geral da Previdência.

Com base nos valores simulados, a participação na desigualdade total dos valores acima do teto cai para 3,82%, ante 7,74% apresentado anteriormente na Tabela 6. Ainda se trata de uma parcela regressiva, mas a contribuição marginal cai de 3,62% para 1,71%.

Tabela 8: Decomposição do Índice de Gini por Fonte de Renda – Simulação 2 - 2013					
Fonte de renda	S_k	G_k	R_k	Participação No Gini	% Contrib. Marginal
Carteira Assinada	0,3140	0,8106	0,5992	0,3033	-0,0107
Nível Médio ou Inferior	0,1790	0,8370	0,3792	0,1130	-0,0660
Nível Superior	0,1035	0,9735	0,8247	0,1653	0,0618
Não Informado	0,0315	0,9774	0,4087	0,0250	-0,0065
Funcionários Públicos	0,1167	0,9698	0,8096	0,1822	0,0655
Nível Médio ou Inferior	0,0237	0,9865	0,5357	0,0250	0,0012
Nível Superior	0,0828	0,9833	0,8813	0,1427	0,0599
Não Informado	0,0101	0,9967	0,7244	0,0146	0,0044
Militares	0,0056	0,9982	0,7444	0,0083	0,0027
Conta Própria	0,1477	0,9229	0,5712	0,1548	0,0071
Empregadores	0,0930	0,9873	0,9110	0,1664	0,0734
Empregados Domésticos	0,0227	0,9632	-0,1061	-0,0046	-0,0273
Outros	0,0860	0,9383	0,3556	0,0571	-0,0289
Rendimentos do Trabalho	0,7857	0,6351	0,8741	0,8675	0,0818
Aposentadorias e Pensões	0,1786	0,8531	0,4190	0,1270	-0,0517
> Teto	0,0211	0,9929	0,9155	0,0382	0,0171
<= Teto	0,1204	0,8824	0,3143	0,0664	-0,0540
Outros Rendimentos	0,0371	0,9653	0,3142	0,0224	-0,0147
Doações	0,0027	0,9962	0,1543	0,0008	-0,0019
Aluguéis	0,0117	0,9942	0,7758	0,0180	0,0063
Juros e Transf. de renda	0,0212	0,9332	-0,3380	-0,0133	-0,0345
Gini Total	0,5028				

Fonte: PNAD

O Índice de Gini cairia para 0,5028 contra 0,5111, indicando que o diferencial de rendimentos de aposentadorias e pensões corresponde a aproximadamente 1,62% da desigualdade registrada em 2013. O diferencial total corresponde ao total do diferencial de rendimentos do trabalho, aposentadorias e pensões. Os dados da simulação indicam que seu valor foi de 4,87% em 2013.

4.2. RESULTADOS DO PERÍODO 2004 A 2013

De forma a obter um quadro mais amplo dos resultados obtidos, procede-se a expansão da pesquisa, abrangendo todo o período de 2004 a 2013. Os resultados consolidados podem ser vistos na Tabela 9:

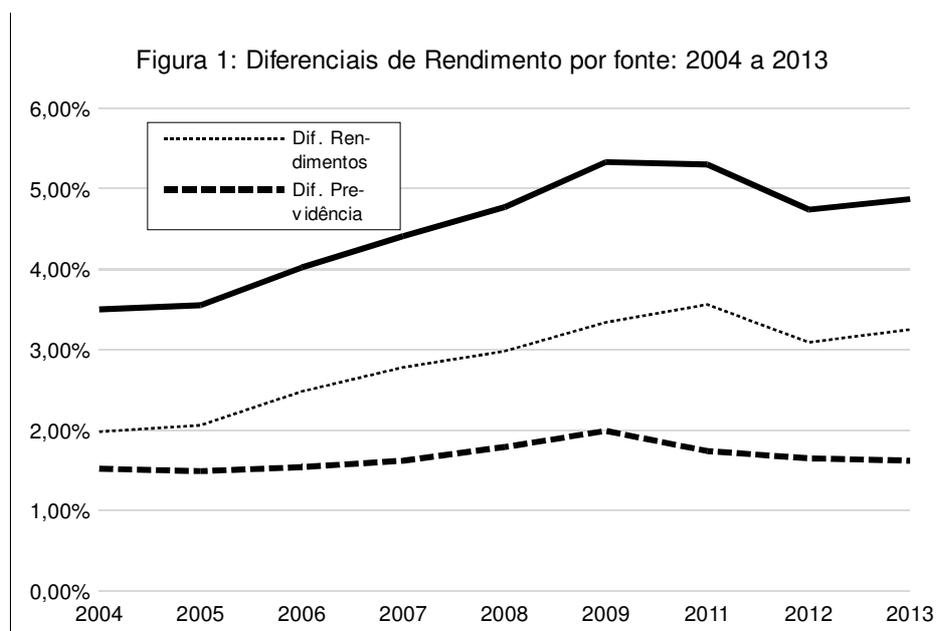
Tabela 9: Impacto dos Diferenciais sobre a Desigualdade de Renda – 2004 a 2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	Média
Gini Total	0,5655	0,5576	0,5521	0,5424	0,5405	0,5331	0,5172	0,5150	0,5111	0,5372
Gini Simulação 1	0,5543	0,5461	0,5384	0,5273	0,5244	0,5153	0,4988	0,4991	0,4945	0,5220
Gini Simulação 2	0,5569	0,5493	0,5436	0,5336	0,5308	0,5225	0,5082	0,5065	0,5028	0,5282
Dif. Rendimentos	1,98%	-2,06%	-2,48%	-2,78%	-2,98%	-3,34%	-3,56%	-3,09%	-3,25%	-2,84%
Dif. Previdência	-1,52%	-1,49%	-1,54%	-1,62%	-1,79%	-1,99%	-1,74%	-1,65%	-1,62%	-1,66%
Dif. Total	-3,50%	-3,55%	-4,02%	-4,41%	-4,77%	-5,33%	-5,30%	-4,74%	-4,87%	-4,50%

Fonte: PNAD

O Gini total representa o valor da desigualdade da “distribuição real” enquanto que o valor da simulação 1 atribui igualdade de salários entre empregados com carteira assinada e funcionários públicos estatutários. O Índice de Gini da simulação 2 apresenta qual seria a desigualdade de renda caso os limites máximos de cada regime fossem semelhantes. As simulações realizadas procuram captar a influência sobre a desigualdade de renda de cada diferencial.

Esses valores implicam numa média de 2,84% do diferencial de rendimentos do trabalho e 1,66% de aposentadorias e pensões. A média do diferencial total, isto é, a soma entre os diferenciais do trabalho e aposentados e pensões foi de 4,5%.



Fonte: PNAD

A Figura 1 apresenta a evolução de cada um dos diferenciais estudados. Percebe-se um padrão crescente dos valores até 2009, estabilidade e depois um breve declínio. Abaixo, estão dispostos os rendimentos reais de cada uma das categorias estudadas. Pode-se perceber que o impacto sobre a desigualdade de renda do diferencial de rendimentos do trabalho foi reforçado pelo crescimento real de rendimentos dos funcionários públicos numa média de 4,32% ao ano, superior ao crescimento dos empregados com carteira assinada.

5. CONCLUSÕES

Segundo dados do IPEA, o Brasil tem observado uma redução contínua da desigualdade desde 1996. Nunca houve uma queda tão prolongada, desde que os primeiros estudos foram

realizados, no início da década de 1970. Entre 1996 e 2012, a queda acumulada foi de 12,46% e há indícios que a desigualdade de renda no Brasil se estabilizará ou tenderá a um aumento, uma vez que as despesas com o funcionalismo público e previdência são permanentes e se os grupos de rendimentos progressivos como os programas de transferência de renda e a remuneração dos trabalhadores de menor escolaridade não aumentarem, a tendência é um aumento do Índice de Gini.

O método de decomposição de Lerman e Yitzhaki (1985) permite, dentre as parcelas de renda que compõe o rendimento total das famílias, que seja mensurada o efeito marginal do aumento de 1% de cada fonte sobre a desigualdade total, tudo o mais constante.

A partir dos dados da PNAD de 2013, que registrou um coeficiente de Gini de 0,511, verificou-se que os rendimentos do trabalho do setor privado (exceto os de nível superior), assim como salários de empregados domésticos e rendimentos de juros, programas de transferência de renda e doações são progressivos, ou seja, os aumentos de 1% dessas fontes de renda contribuem com a queda da desigualdade total da distribuição. Por outro lado, rendimentos salariais de trabalhadores do setor privado com ensino superior, funcionários públicos de todas as, militares, trabalhadores por conta própria e rendimentos de aluguéis possuem efeito concentrador. Em relação aos benefícios previdenciários, a parcela mais progressiva é a dos rendimentos “abaixo do teto”, ao passo que a parcela “acima do teto” é uma das mais regressivas.

De acordo com as distribuições hipotéticas realizadas, o primeiro cenário investigou o impacto do diferencial de rendimentos salariais. O coeficiente de Gini foi de 0,4945, indicando uma desigualdade de renda 3,25% menor. O segundo cenário levou em conta apenas os benefícios de pensão e aposentadorias. Caso os regimes próprios dos servidores públicos e o geral dos trabalhadores possuíssem o mesmo limite superior, o coeficiente de Gini de 2013 seria de 0,5028, o que implicaria numa desigualdade de renda 1,62% menor. Conclui-se que o impacto do diferencial público-privado de salários, aposentadorias e pensões representou, em 2013, 4,87% de toda a desigualdade do país, um valor que, embora pareça pequeno, corresponde à metade da taxa verificada na recente queda de 2004 a 2013.

Tomando-se por referência o coeficiente de Gini verificado para cada um dos anos da pesquisa, e comparando-as com as distribuições hipotéticas estimadas, verificou-se que os valores calculados apresentam uma trajetória crescente, embora não de maneira contínua. Em 2004, o diferencial total foi de 3,5%, elevou-se até 2009 quando atingiu 5,33% reduziu-se por dois anos e em 2013 voltou a elevar-se.

No período como um todo, em média, 2,84% de toda a desigualdade de renda do período deve-se exclusivamente ao excedente de salários de servidores públicos sobre os trabalhadores do setor privado, e 1,66% aos valores acima do teto da previdência de trabalhadores beneficiários do Regime Geral de Previdência Social. O efeito total do diferencial foi, portanto, de 4,5%.

Nesses 17 anos de políticas sociais muito foi conseguido, mas fica evidente a partir dos resultados obtidos que o Estado procura eliminar um problema que mesmo é o principal causador. As conclusões tiradas do estudo ressaltam a importância que os rendimentos do trabalho e os benefícios previdenciários abaixo do teto têm sobre a redução de desigualdade de renda, e finalmente, reforça a necessidade de uma reforma da previdência que, se por um lado gera um grave desequilíbrio fiscal ao estado ao prover elevados benefícios a servidores públicos, também é responsável por elevada parcela de desigualdade de renda.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. e NERI, M. “**Macroeconomic policy and poverty in Brazil**”. Rio de Janeiro, PUC - Departamento de Economia. Texto para Discussão, n° 383, 1997.

BACHA, E. L. “**Além da Curva de Kuznets: Crescimento e Desigualdade**”. Economia, v.2, n.2, p.

173-200, 1978.

BAPTISTELLA, J. C. F.; SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. “A contribuição dos programas de transferência monetária na queda da desigualdade de renda no Brasil: uma análise a partir do rendimento domiciliar per capita no período 2001-2006”. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luís-MA**. Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009.

BARROS, H. R. e MENDONÇA, R. "Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil". In HENRIQUES, R. (Org.). In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, pp. 405-423, 2000.

BARROS, H. R., CARDOSO, E., URANI, A. “**Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: The 1980s**”. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para Discussão, nº 298), 1993.

BELLUZZO, W.; ANUATTI-NETO, F.; PAZELLO, E. T. Distribuição de salários e o diferencial público-privado no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 59, n. 4, p. 511-533, 2005.

BRAGA, B. G. “Capital Humano e o Diferencial de Salários Público-Privado no Brasil”. **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia** [Proceedings of the 35th Brazilian Economics Meeting] (pp. 1–15). ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2007.

DE CASTRO, F; SALTO, M; STEINER, H. **The gap between public and private wages: new evidence for the EU**. Directorate General Economic and Financial Affairs, European Commission, 2013.

FERREIRA, C. R. e SOUZA, S. C. I. S. “Previdência Social e desigualdade: a participação das aposentadorias e pensões na distribuição da renda no Brasil - 1981 a 2001”. In: **XXXII encontro nacional de economia**, 2004, João Pessoa. XXXII encontro nacional de economia, 2004.

FISHLOW, A. “Brazilian Size Distribution of Income”. *American Economic Review*, v.62, n.2, p. 391-402, 1972.

_____. “Distribuição de renda no Brasil: um novo exame”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.11, p. 10-80, 1973.

FOGUEL, M. N., GILL, I., MENDONÇA, R., & BARROS, R. P. de. “The public-private wage gap in Brazil”. **Revista Brasileira de Economia** nº 54, 2000.

FREITAS E BARBOSA (2015) A previdencia social e as distorções na distribuição da renda **PESQUISA & DEBATE**, SP, volume 26, número 1(47) pp.173-197, jan-mar 2015

GANDRA, R. M. “**O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90**”. Texto para Discussão Nº001, 2004.

GIORDANO, R. “The public sector pay gap in a selection of Euro area Countries”. **European Central Bank Working Paper Series** n. 1406, p. 42, 2011.

HOFFMANN, R. “Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita”. In: **Economia e Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 213-231, 2009.

LANGONI, C. G. “**Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**”. FGV Editora, 2005.

LEBOUTTE, C. “**A queda recente da desigualdade na distribuição de renda no Brasil: uma análise da importância do Programa Bolsa Família**”, 2012.

LERMAN, R.I.; YITZHAKI, S. “Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States”. In: **The Review of Economics and Statistics**, p. 151-156, 1985.

LIMA, G. P. P. de; MOREIRA, T. B. S. “Fatores determinantes da desigualdade de renda no Brasil:

- Uma Análise Empírica”. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 16, n. 30, 2015.
- LUCIFORA, C.; MEURS, D. **The public sector pay gap in France, Great Britain and Italy**. Institute for the Study of Labor (IZA), Bonn, Discussion Paper, n. 1.041, 2004.
- MACEDO, R. Diferenciais de salários entre empresas privadas e estatais no Brasil. In: **Revista Brasileira de Economia**, v.3, n. 2, p. 437-448, 1985.
- MARCOS, R. P. AZZONI, C. R.; GUILHOTO, J. J. M. “**Decomposição da queda na desigualdade de renda no Brasil: Uma análise via Matriz de Contabilidade Social para os anos de 2004 e 2009**”, 2014.
- MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. “Transferência de renda no Brasil”. In: **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 5-21, 2007.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. “**Gasto público, tributos e desigualdade de renda no Brasil**”, Texto para Discussão n. 1844. Brasília: IPEA, 2013.
- _____ “Previdências dos Trabalhadores dos Setores Público e Privado e Desigualdade no Brasil”. In: **Economia Aplicada**, v. 18, n. 4, 2014, pp. 603-623, 2014.
- MELLY, B. Public-private sector wage differentials in Germany: evidence from quantile regressions. In: **Empirical Economics**, vol.30, p. 505–520, 2005
- MELO, M.R.B.; MONTE, P. A. do. “Rendimentos e Desigualdade de Renda no Brasil: 2004-2012”. In: **Revista Econômica**, v. 16, n. 1, 2015.
- NERI, M. e CAMARGO, J. M. “**Distributive Effects of Brazilian Structural Reforms**”. Rio de Janeiro, PUC - Departamento de Economia. Texto para Discussão, n° 406, 1999.
- PANIZZA, U.; QIANG, C. Z. Public-private wage differential and gender gap in Latin America: spoiled bureaucrats and exploited women? In: **The Journal of Socio Economics**, v. 34, p. 810-833, 2005.
- RAMOS, L. e REIS, J. G. A. "Salário mínimo, distribuição de renda e pobreza no Brasil". In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, n° 1, pp. 99-114, 1995.
- ROCHA, S. “O Declínio Sustentado da Desigualdade de Renda no Brasil entre 1997-2009”. In: **Revista Economia**. Brasília, v. 13, n. 3a, p. 629 – 645, 2012.
- SALDANHA, R.; MAIA, R.; CAMARGO, J. M. **Emprego e salário no setor público federal**. Texto para Discussão, n. 5. Brasília: Ministério do Trabalho, 1988.
- SALM, C. "Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Leitura Crítica". In: BARROS, R., FOGUEL, M. e ULYSSEA, G. (orgs.), **Desigualdade de Renda no Brasil: uma Análise da Queda Recente**. Rio de Janeiro, IPEA, pp. 279-297, 2007.
- SMITH, S. P. Pay differentials between federal government and private sector workers. In: **Industrial and Labor Relations Review**. n. 29: p. 179-197, 1976.
- _____. Government wage differentials. In: **Journal of Urban Economics**. v. 4: p. 248-271, 1977.
- SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Texto para Discussão n. 1166. Brasília: IPEA, 2006.
- SOUZA, P. H. G. F. de; CARVALHAES, F. A. de O. “Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011)”. In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014.
- SOUZA, P. H. G. F. de; MEDEIROS, M. “Diferencial salarial público-privado e desigualdade de renda per capita no Brasil”. In: **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 43, n. 1, p. 05-28, 2013.